

**COMO PODEMOS CARACTERIZAR UMA EPISTEMOLOGIA DA CIBERCULTURA?  
Reflexões a Partir da Teoria Crítica**

**TAYNÁH MARQUES DE LIRA ANDRADE**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Agradecimento à orgão de fomento:

Agradecimentos ao grupo de pesquisa AKAFans - Estudos de Fãs, Mídia e Entretenimento e à  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## COMO PODEMOS CARACTERIZAR UMA EPISTEMOLOGIA DA CIBERCULTURA? Reflexões a Partir da Teoria Crítica

**RESUMO: Objetivo:** este ensaio teórico tem o objetivo fazer uma reflexão para caracterizar uma epistemologia da cibercultura sob o arcabouço epistemológico da Teoria Crítica. **Metodologia:** trata-se de um ensaio teórico que apresenta uma discussão sobre construção do conhecimento, na área de administração. **Contexto:** o processo de evolução da ciência proporciona a construção do conhecimento a partir de discussões teóricas, epistemológicas e metodológicas. Nesse caso, desenvolvemos um raciocínio que manifesta um entendimento alinhado entre a Teoria Crítica e o campo de conhecimento que compreende a cibercultura. **Conclusões:** Assim, argumentamos que o conhecimento que fundamenta e caracteriza a cibercultura se desenvolve sob o arcabouço da Teoria Crítica e aponta para um delineamento de um conhecimento político, haja vista a tendência a reforçar aspectos de combate e afrontamento às abordagens positivistas/funcionalistas de compreensão das realidades sociais, bem como da necessidade de emancipação dos sujeitos e de uma produção científica que seja crítica e reflexiva.

**Palavras-chave:** Conhecimento; Epistemologia; Cibercultura; Teoria Crítica.

### 1 INTRODUÇÃO

Compreendendo a administração como um campo científico formado por pesquisadores das mais variadas inclinações paradigmáticas, é importante considerar que a busca por conhecimento não deve ser feita de modo a definir melhores caminhos e torná-los verdades absolutas, pelo contrário, é preciso que possamos sempre questionar, a fim de se chegar a novas compreensões. Para além disso, é fundamental concentrar-se no contexto em que aquela ciência está se desenvolvendo, de modo que ela se adapte às necessidades daquela comunidade específica, no caso da Administração, uma ciência que requer reflexão crítica sobre suas bases, seus delineamentos e seus pressupostos e que precisa fomentar esses debates para evoluir.

A fim de contribuir com as reflexões necessárias, este ensaio busca empreender uma discussão teórico conceitual acerca do esforço em apontar possibilidades para se pensar a cibercultura, enquanto campo de conhecimento em expansão. Assim questionamos: **Como podemos caracterizar uma epistemologia da cibercultura?** Para responder essa questão, o argumento que fundamenta esse conhecimento é de que, sob a égide do arcabouço teórico-metodológico da Teoria Crítica, compreendemos que a cibercultura demonstra um caráter crítico e político, em consonância com as proposições epistemológicas das abordagens críticas.

### 2 CONHECIMENTO CIENTÍFICO E QUESTÕES PARADIGMÁTICAS EM ADMINISTRAÇÃO

Muito se tem discutido sobre o que vem a ser o conhecimento científico e qual a melhor forma de fazê-lo e aplicá-lo. Na verdade, essa tem sido uma discussão que perdura há décadas, sem necessariamente chegar a respostas específicas, haja vista que o conhecimento se expande à medida em que surgem questionamentos e, segundo Demo (2000), cada nova descoberta leva a outras novas e, conseqüentemente, novos questionamentos, constituindo um ciclo que nunca se esgota. De toda forma, não sendo possível definir com exatidão o que seria esse

conhecimento científico, é importante saber quais aspectos nos levam a compreender tudo aquilo que não o é.

Ao longo do desenvolvimento histórico, as bases do conhecimento advêm das descobertas da humanidade, que datam desde a descoberta do fogo - como a primeira fonte energética, o movimento do nomadismo ao sedentarismo, o cultivo de lavouras até as habilidades de subsistência e manufatura (Nagel, 1981). Sousa & Araripe (2021), apresentam as quatro bases de conhecimento: conhecimento filosófico se baseia na especulação de causas reais dos fenômenos, em que, por meio do raciocínio e da reflexão humana, procura conhecer a origem das coisas. O conhecimento teológico ou religioso baseia-se na fé divina ou crença religiosa, em que suas evidências também não são passíveis de verificação, por se tratarem de revelações divinas. O conhecimento empírico, também denominado popular ou vulgar, é o conhecimento adquirido com as experiências causais por meio de tentativas que resultam em erros e em acertos, transmitidas de pessoas para pessoas no decorrer do tempo. E, por último, o conhecimento científico “[...] abrange fatos concretos, positivos, e fenômenos perceptíveis pelos sentidos, através do emprego de instrumentos, técnicas e produtos de observação” (Marconi & Lakatos, 2003, p.79) para verificação por meio da experimentação e posterior comprovação desses fatos.

Santos (2013) compartilha desse entendimento sobre as formas de conhecimento e propõe uma reflexão sobre o senso comum e o conhecimento científico. Conforme Vantroba, Lopes, & Yildirim (2022) “Senso Comum é o modo de pensar da maioria das pessoas e mais comumente aceito, fundamentado na sabedoria e credences populares, atingido através de experiências pessoais e observações durante a vida, acumulado e transmitido por gerações. O Conhecimento Científico, em contrapartida, serve para afirmar uma verdade que passa por experimentos e métodos científicos e comprovam a confiabilidade de uma hipótese, sua base está na filosofia da ciência, em que todas as suposições, teorias passam por um processo de comprovação, mediante pesquisas e experimentos”.

Nesse interim, Santos (2013) afirma que a ciência moderna se estabelece em oposição ao senso comum, já que o entende como um conhecimento superficial. Ele esclarece que é necessária a utilização de métodos científicos para a construção do conhecimento, corroborando a ideia de Chalmers (1993, p.54) ao dizer que “os escritos de Popper, Feyerabend e Kuhn têm abundância de argumentos e exemplos apoiando a tese de que observações e proposições de observação dependem da teoria”, por exemplo. No entanto, propõe uma reflexão sobre a dogmatização compulsória à ciência e sobre como a própria ciência empreendeu novas possibilidades de métodos científicos, promovendo sua desdogmatização.

Como sugerem Marconi e Lakatos (2003), para falar de conhecimento científico, devemos considerar suas diferenças diante de outras formas de conhecimento, com o intuito de admitir todas as abordagens e suas contribuições, sem dicotomizar entre o que é mais importante ou o que é melhor, na realidade, chegamos à conclusão de que não há conhecimento melhor, nem que o conhecimento científico seja mais relevante que os outros, no caso, cada um vai ser útil e necessário dependendo do contexto ao qual ele se aplica, devido a suas características e especificidades.

Partindo desse pressuposto, consideramos que uma comunidade científica, por exemplo, compartilha conhecimentos e concepções epistemológicas, axiológicas e metodológicas e que esse conjunto nos leva ao entendimento do que vem a ser um paradigma. Dessa maneira, os pesquisadores escolhem abordagens paradigmáticas e desenvolvem suas pesquisas influenciados por essas perspectivas, que, uma vez validadas pela comunidade, acabam correspondendo a uma referência hegemônica e essa se torna a abordagem predominante até que surjam outras e todas coexistam sob um mesmo campo teórico (Kuhn, 2001).

De acordo com Kuhn (2001) um paradigma é um construto formado por uma base ontológica e epistemológica que serve como guia à uma comunidade científica. Assim, ao

escolher determinado paradigma, o pesquisador se depara com delineamentos de teoria e metodologia aos quais ele se submete, ora porque se identifica, ora porque é o mais adequado à observação do seu fenômeno de pesquisa, além de ser impactado também em relação aos seus valores e ideologias sociais e políticas, visto que entra em cena também os fundamentos axiológicos. Para Morin (1998) um paradigma controla tanto o campo teórico, como o campo cognitivo, ou seja, de forma positiva, os paradigmas fornecem um caminho a ser seguido na construção do conhecimento e conseguem com isso padronizar oferecer certa “zona de conforto”, em contrapartida, afetam de forma negativa quando limitam as possibilidades teóricas e práticas da produção do pesquisador anulando a importância das visões de mundo desse sujeito.

A administração como uma ciência recente, começa a ter reconhecimento em meados do século XX, com o Movimento da Administração Científica, nesse contexto o seu desenvolvimento se deu sob a predominância de um paradigma positivista-funcionalista, e, pensando nos dias atuais, já tendo se passado algumas décadas, ainda é possível perceber que esse continua sendo o paradigma dominante, tanto pela forma como foi se construindo, quanto pela ausência de questionamentos, sendo considerada, então, a “ciência normal”. Apesar disso, com o passar do tempo foram abertos espaços para outras abordagens paradigmáticas de cunho interpretativista-construtivistas, de caráter fenomenológico, de teorias críticas e sociais, com o arcabouço de pesquisadores que se apoiaram na chamada “ciência revolucionária”, sugerindo um contraponto, afinal de contas era fundamental considerar aspectos subjetivos, relacionais e culturais enquanto ciência social. (Clegg & Hardy, 2007).

A partir dessa revolução científica, a sociedade passa a interagir com outra perspectiva em relação às ciências sociais, tal como afirma Santos (2018), uma vez que as ciências naturais se avizinham das ciências sociais, mais próximo chegamos das humanidades. Assim, entendemos que a ciência passa a cumprir seu papel de uma forma mais completa, possibilitando ao indivíduo uma imersão diante dos fenômenos sociais e seus objetos de estudo, cada vez mais próximos da sua realidade cotidiana. Ou seja, o conhecimento avança ao passo em que o seu escopo se amplia e o sujeito pode, enfim, lançar-se ao empreendimento de se debruçar sobre uma ciência palpável.

Conforme Santos (2018), a ciência do paradigma emergente está mais interessada em imprimir qualidade ao conhecimento a partir da satisfação pessoal que ele desperta em que o acessa e partilha. Assim como podemos nos debruçar na literatura feita sobre uma nação para conhecer e entender melhor seus sujeitos e relações, o discurso científico, operando dentro deste novo paradigma, muda de tom e se aproxima também da crítica literária, fazendo um movimento que direciona a ciência para o escopo do senso comum. Quanto mais perto do senso comum o conhecimento científico chegar, mais acessível aos sujeitos a ciência estará, de modo que “ressubjetivado” esse conhecimento possa ser traduzido em saber prático.

Neste sentido, compreendendo a administração como um campo científico, formado por pesquisadores das mais variadas inclinações paradigmáticas, é importante considerar que a busca por conhecimento não deve ser feita de modo a definir melhores caminhos e torná-los verdades absolutas, pelo contrário, é preciso que possamos sempre questionar, a fim de se chegar a novas compreensões. Para além disso, é fundamental concentrar-se no contexto em que aquela ciência está se desenvolvendo, de modo que ela se adapte às necessidades daquela comunidade específica, ao invés de importar conhecimento e assimilar de forma passiva somente porque é predominante, prática já bastante criticada por Ramos (1965) quando propôs a redução sociológica, a fim de defender a Administração como uma ciência que requer reflexão crítica sobre suas bases, seus delineamentos e seus pressupostos e que precisa fomentar esses debates para conseguir evoluir.

### 3 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA

A expressão Teoria Crítica surge a partir de reflexões do ensaio publicado originalmente por Horkheimer e Adorno, em 1937, com o título de Teoria Tradicional e Teoria Crítica (1989). Jürgen Habermas, Herbert Marcuse, Max Horkheimer e Theodor Adorno, entre outros pensadores, fundaram a chamada Escola de Frankfurt, formada por um grupo de intelectuais marxistas não ortodoxos, alemães, ligados ao Institute of Social Research (Instituto de Pesquisas Sociais), criado em 1923. Um dos objetivos destacados consistiam em explicar, historicamente, como se dá a organização dos trabalhadores e da sociedade, de forma crítica e participativa. Para tanto, aprofundaram-se nas obras de importantes filósofos e pensadores sociais como Freud, Hegel, Kant, Lukács, Marx e Weber (Netto, Ferreira, Novaes & Silva Neiva, 2016).

*[...] a Escola de Frankfurt contribui teoricamente para desvelar questões sociais que emergem da sociedade atual. Dentre outras temáticas emergentes do processo de desenvolvimento do capitalismo, os teóricos que integravam o Instituto de Pesquisas Sociais se ocuparam com a multiplicação dos meios de comunicação; o esgotamento da autonomia da cultura em relação à economia; as relações sociais e de trabalho. Assim sendo, a diversidade de temas em debate foi uma das características dos integrantes do Instituto, relacionados à análise dos contextos históricos, tendo como mediadores as relações de dominação e de subordinação e enfatizando a importância do pensamento crítico (Brandalise, Bonatto & Silva, 2017).*

Assumindo um posicionamento contrário ao capitalismo e ao socialismo, as reflexões desses pensadores tinham como objetivo propor um novo marco teórico para a sociedade, que pudesse promover, necessariamente, um processo de auto-emancipação e autocriação, sem causar alienação, burocracias infiltradas por lideranças corruptas e autoritárias (Bottomore, 1983) ampliaram seu escopo de atuação. Levanta questões relacionadas à divisão do trabalho, burocracia, padrões culturais, indústrias culturais, estruturas familiares, propriedade e controle. Essa expansão da competência crítica resultou em contribuições efetivas da Escolas para a transformação dos conceitos políticos (Netto, Ferreira, Novaes & Silva Neiva, 2016).

Contrários à razão instrumental e subjetiva dos positivistas, esse entendimento não se demonstra meramente teórico, acadêmico – “tem como objetivo algo muito mais elevado do que suprimir a discórdia entre razão subjetiva e objetiva -, mas que as relações entre os seres humanos possam ocorrer sem que haja a exploração do homem pelo homem” (MIRSKI, 1946, p. 4). Conforme Freire (2006, p. 131):

*O progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades de nossa existência, perde, para mim, sua significação. A todo avanço tecnológico haveria de corresponder o empenho real de resposta imediata a qualquer desafio que pusesse em risco a alegria de viver dos homens e das mulheres. A questão é ética e política e não tecnológica.*

Do ponto de vista da Teoria Crítica, as sociedades são formadas por organizações dominadas por procedimentos burocráticos sistemáticos e impostas por sistemas automatizados de tomada de decisão. É a dominação instrumental, impedindo a participação ativa, crítica e criativa dos trabalhadores. Essa concepção surgiu muito mais com o intuito de colocar em xeque algumas questões que durante muito tempo foram deixadas de lado, mantendo-se afastada da rigidez do modelo funcionalista. A perspectiva subjetivista ganhou bastante destaque com a

emergência desse paradigma apoiado pelo humanismo radical das ciências revolucionárias, a partir desse momento foi possível considerar os estudos de gênero, raça, identidades, poder e simbolismos, por exemplo. No modelo proposto por Burrell e Morgan (1979), eles afirmam que a crítica é o cerne de toda mudança, haja vista que a partir dessas mudanças é possível transformar radicalmente a sociedade.

De acordo com Paula (2008) é importante focar nas diferenças entre a visão construcionista e a visão crítica, pois, enquanto aquela está focada em regulação social, descrição de fenômenos sem retomar o contexto histórico e social, esta última não se dissocia desse compromisso com a reconfiguração e a emancipação dos sujeitos na história. Em questões práticas, a crítica está justamente no sentido contrário da visão de docilidade dos corpos trazida por Foucault (1999), em *Vigiar e Punir*, o autor traz para o debate o conceito do bom adestramento, afirmando que o poder disciplinar adentra o indivíduo sem retirar nem se apropriar dele, das suas ações. Em “O que é a Crítica”, o autor nos diz que a indocilidade refletida e a arte da insubmissão voluntária são a personificação da resistência aos regimes de poder que operam nas sociedades e isso é a crítica na sua forma mais palpável.

O objetivo da Teoria Crítica é a representação dos interesses dos grupos oprimidos e explorados e a superação da sociedade de classes. Karl Marx já falava da abordagem dialética e da luta de classes em seus manuscritos, a fim de trazer à tona perspectivas que conscientizassem os indivíduos, no caso, a classe trabalhadora e mais explorada. Para ele, a Teoria Crítica era representativa de uma classe específica, o proletariado, cuja tarefa histórica seria a derrubada do sistema capitalista e a abolição de todas as classes. No contexto da Indústria Cultural, por exemplo, muito se debateu sobre as relações sociais e as desigualdades de classes, geralmente apoiadas em segregação e mercadorização cultural. Diante desse fenômeno, Adorno se debruçou a tentar entender como a classe trabalhadora compreendia o “lazer”, já que esse tempo livre deveria ser o momento de decodificar a realidade, haja vista que, nesse momento já estava em marcha a Segunda Guerra, então era importante para a classe dominante manter as classes baixas alienadas, não envolvidas nas lutas, nas notícias, nas decisões, criando para si um ambiente altamente favorável (Paula, 2008).

No contexto brasileiro, Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005) discutem sobre as perspectivas críticas que se desenvolveram afirmando que elas se baseiam na obra de Alvesson e Willmott (1992), principais desenvolvedores dos estudos críticos de gestão. Os autores se debruçam na visão pós-estruturalista que questiona o modelo de gestão vigente nas organizações. Apesar disso, as autoras fazem uma crítica a esse movimento, afirmando que se trata de uma proposta emancipatória da organização prioritariamente, mas que deixa a desejar quando se trata do contexto social. Por outro lado, Paula (2008) traz as contribuições mais relacionadas ao que ela chama de humanismo radical, segundo a autora os estudos críticos que introduzem uma fase mais autônoma aqui no Brasil são desenvolvidos por Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg.

Tragtenberg (1992) em sua obra *Burocracia e Ideologia* faz um resgate histórico das teorias organizacionais, desde a Escola Clássica, abarcando as ideias funcionalistas de Taylor, até as abordagens mais humanistas de Elton Mayo, distanciando-se de um olhar apologético, já que aparentemente o lado humano começara a ser inserido nas relações organizacionais a partir desse momento, pensamento esse que o autor questiona, haja vista que ele parte da Teoria Crítica para analisar profundamente essa teorização e como ela se modificou a longo do tempo.

Muito semelhantes ao pensamento de Tragtenberg foram as contribuições de Motta, considerando que a sociedade moderna é o reflexo de uma "sociedade de organizações burocráticas submetidas a uma grande organização burocrática que é o Estado" (Motta, 1991, p. 8). Nesse caso, a burocracia apresenta algumas características peculiares que lhe definem, ela mantém um estado de segurança e conformismo em troca do trabalho assalariado de boa

parte das pessoas. As necessidades das pessoas são manipuladas por meio das relações entre produção e consumo, estas que orientam o cotidiano das pessoas.

Já Guerreiro Ramos (1965) vai questionar a forma de absorção inativa dos estudos de fora e propor a formação de uma consciência crítica que rejeitasse a assimilação passiva de realidades estrangeiras e hegemônicas, e que considerasse a realidade brasileira com suas singularidades e idiossincrasias. Somente assim, por meio do que ele propôs como redução sociológica, conseguiríamos observar o contexto social e, a partir dele, considerar as produções nacionais como genuinamente nossas, com reflexões, experimentos e pressupostos totalmente alinhados à realidade brasileira.

Dessa maneira, é notória a contribuição para a criticidade frente aos estudos nacionais, a crítica aos pensadores que não se reformulam, nem mesmo adaptam saberes a sua realidade. Nesse ponto da discussão, penso nos caminhos que seguem as abordagens críticas na área de administração, qual o estímulo que queremos passar para as novas gerações de pesquisadores, qual o nosso papel enquanto produtores de conhecimento dentro de universidades, sempre aprendendo e replicando, sempre incluindo em nossas agendas de pesquisa as teorias já trabalhadas e mastigadas para nós advindas do hemisfério norte. Lembro-me de uma frase de Pedro Demo (2000, p.11) que diz “Lemos, pois, autor, para nos tornarmos autor e não discípulo”, e tenho certeza que essa é a melhor adequação à criação de conhecimento de forma crítica: precisamos pôr em prática.

#### **4 COMO PODEMOS CARACTERIZAR UMA EPISTEMOLOGIA DA CIBERCULTURA?**

*Tomando em conta esse fato, fica mais fácil entender por que o estatuto epistêmico da expressão em foco é predominantemente descritivo e, em termos correntes, a palavra ainda constitui, no máximo, um tipo ideal de senso comum. Cibercultura é a expressão que serve à consciência mais ilustrada para designar o conjunto dos fenômenos cotidianos agenciado ou promovido com o progresso das telemáticas e seus maquinismos. Afinando o conceito um pouco mais, poderia bem ser definida como a formação histórica, ao mesmo tempo prática e simbólica, de cunho cotidiano, que se expande com base no desenvolvimento das novas tecnologias eletrônicas de comunicação (Rüdiger, 2013)*

As discussões que fundamentam o conhecimento sobre as Teorias da Cibercultura são dotadas de interdisciplinaridade e, por isso, ainda não alcançaram um estatuto de domínio específico. Dentre autores que se debruçaram a dissertar conceitualmente e metodologicamente sobre essa temática, podemos citar: Correa (2006), Felinto (2010; 2011), Rüdiger (2011), Fragoso, Recuero e Amaral (2011), Braidotti (2013), Pink *et al.* (2016), Lupton (2016) Couldry e Hepp (2016), Dourish (2016, 2017), Lemos (2020) e Fuchs (2021). Esses trabalhos estão distribuídos entre as áreas da comunicação, sociologia, política, tecnologias da informação, psicologia, filosofia, linguística, entre outros. Nesse sentido, vemos que há um crescente interesse em explorar as problemáticas da Cibercultura a partir de diversas bases teóricas e conceituais.

Conforme aponta Rüdiger (2013, p. 8) uma vez que “os computadores e a internet já são, eles mesmos, efeitos do que, estrito senso, se pode chamar de cibercultura”, os laços com as genealogias da área ficam mais nítidos. Assim, algumas “palavras-chave do universo da Cibercultura procedem de textos anteriores à propagação comercial da internet: “Ciberespaço” consta no “Neuromancer”, de William Gibson (2005), nos anos 1970, “Cibernética” foi

explanado por Wiener (1965 [1957]) nos anos 1950, e “Ciborgue” foi teorizado por Haraway (1990) no final do século XX (Martino, 2014).

A fim de proporcionar o entendimento dos fenômenos resultantes das inovações tecnológicas e de suas implicações na sociedade, Rüdiger (2013) divide os teóricos da cibercultura entre os que são entusiastas e os que permanecem críticos – respectivamente: prometéticos e fáusticos. Segundo o autor, mesmo com algumas divergências onto-axiológicas, eles retomaram o debate iniciado pelos filósofos gregos há mais de dois milênios em torno da técnica: para esses pensadores, as artes práticas geram imitações, cópias inferiores à atividade intelectual (pensamento reflexivo, criador) e às coisas naturais. Assim, com o advento da Revolução Industrial, no século XVIII, o pensamento tecnicista gradativamente passou a predominar sobre a natureza, a ciência e a sociedade, configurando uma tecnocultura (Santos, 2008).

Em relação à inclinação teórica, Lemos (2011) identificou três posturas diferentes: o Neoludismo (intelectuais que associam uma postura crítica a uma visão negativa da tecnologia, como os franceses Paul Virilio e Jean Baudrillard), a Tecno-utopia (teóricos que vêm nas novas tecnologias potencial emancipatório, como Pierre Lèvy e Nicholas Negroponte) e o Tecnorealismo “(Andrew Shapiro, um dos idealizadores do “Manifesto Tecno-Realista”, criado nos Estados Unidos, em 1998, que defende uma abordagem intermediária às outras duas e propõe o uso da tecnologia como um componente essencial da cidadania global, sem endeusá-la)” (Santos, 2008, p.71).

Entre os principais teóricos que caracterizaram a cibercultura, temos o espanhol Manuel Castells (2003), relatando a sociedade contemporânea no contexto da globalização e avanço do capitalismo, enfatizando o uso e aplicação da informação e do conhecimento dentro de uma sociedade em rede; Paul Virilio (1999, 2000), que sentenciou a ditadura da velocidade e as consequências negativas do “cibermundo” (um mundo dominado pela cibernética a serviço do poder político e do capital) em relação à economia e os indivíduos; e Pierre Lèvy (1999), que compreendeu na cibertecnologia um avanço sobre as comunicações de massa, haja vista configurar um formato de comunicação mais amplo, além de propiciar novas sociabilidades como o ciberativismo e os sites de relacionamento (Santos, 2008).

De acordo com Martino (2014), uma série de trabalhos tende a compreender a Cibercultura como espaço político de tensões, choques e resistências. Esses fundamentos teóricos postulam desde releituras reflexivas de Marx e do pensamento crítico nas análises de Castells (2010), Nayar (2010) ou Wolton (2010) até o tom pessimista da crítica de Andrew Keen (2008). Ou seja, há uma reflexão sobre a dinâmica conflituosa entre a tecnologia e a cultura, e o aspecto político é ressaltado, reunindo as discussões sobre Cibercultura na esfera da circulação de poderes dentro desse campo (Martino, 2014).

A cibercultura passa a ser explicada, historicamente, pela convergência entre o pensamento cibernético e informática da comunicação, agenciada intelectualmente conforme um pensamento alinhado aos esquemas de uma cultura popular que se articula com o que foi chamado de Indústria Cultural por Theodor Adorno. Uma vez que o progresso tecnológico e a expansão do capital caminham no sentido da exploração do campo da informática de comunicações, “e, por essa via, os aparatos digitais interativos se convertem em bens de consumo de massas, estão configuradas as bases para a expansão de uma cibercultura, da colonização do ciberespaço pelos esquemas e práticas de uma indústria cultural que, desde quase um século, vinha se convertendo em princípio sistêmico de formação do nosso mundo social e histórico” (Rüdiger, 2013, p.11).

Herbert Marcuse propôs, em 1940, os fundamentos para uma Teoria Social Crítica da Tecnologia dizendo que:

*[Nesta ótica,] a tecnologia é considerada como um processo social no qual a técnica em si mesma é apenas um fator parcial. O questionamento não pergunta pela influência ou efeito da tecnologia sobre os indivíduos. A razão é que eles são em si mesmos parte integrante e fatores da tecnologia, não apenas como homens que as inventam ou se servem de máquinas, mas também como grupos sociais que direcionam sua aplicação e utilização (Marcuse, [1941] 1998, p. 41).*

Segundo essa perspectiva, a tecnologia existe em uma relação dialética com algo que não é estritamente técnico. A comunicação mediada por computadores e a cibercultura a qual ela foi incorporada não se desenvolveu apenas em termos funcionais e científicos. Desde o início, esses elementos foram associados a outros de natureza mítica, simbólica, imaginária e metafísica por diferentes grupos sociais (Rüdiger, 2013). Para Jenkins (2015), a cibercultura implica progresso porque toda produção realizada por indivíduos no âmbito das novas mídias pressupõe nossa inserção em uma era de participação cultural e, eventualmente, de participação político-revolucionária em um contexto democrático.

Alinhado a essa mesma visão, Kellner (2004) reafirma a noção de que, por meio da Cibercultura, podemos “colaborar com projetos voltados para a criação de uma sociedade mais igualitária e empoderar indivíduos e grupos sociais que vivem em condições subalternas” (p.190). Nesse sentido, “contra as abordagens unilaterais dos tecnóforos e tecnófilos”, há, no entanto, uma abordagem neomarxista da cibercultura cujo objetivo é “desenvolver uma teoria crítica da tecnologia capaz de discernir os aspectos positivos e negativos, os altos e baixos, as perdas e ganhos envolvidos na trajetória de desenvolvimento de novas tecnologias” (Kellner, 1999, p. 189).

De acordo com a perspectiva de Kellner (2008), a cibercultura apresenta um terreno fértil para o incorporado de uma ampla gama de concepções que rivalizam em amplitude com o que atualmente conhecemos sobre o universo midiático, incluindo novas formas de comunicação política, tanto reais quanto virtuais. Isso sugere que podemos ter esperanças na emergência de uma ecologia midiática que forneça ferramentas capazes de fortalecer a comunidade e a democracia entre seus usuários. Além disso, a existência de movimentos revolucionários e protestos sociais na internet e nas novas mídias digitais mostra que essas plataformas possuem potencial não apenas para promover, mas também para sustentar novos projetos de transformação social.

De volta à reflexão teórico-metodológica sobre uma epistemologia da cibercultura, Fuchs (2017) defende que é necessária uma mudança de paradigma da análise gerencial e positivista na arena tecnológica para pesquisa crítica de mídia digital/social combinando teoria crítica de mídia social, métodos digitais críticos e ética crítica de pesquisa de mídia social do mundo real. A teoria crítica é uma abordagem interdisciplinar alternativa que é importante para as ciências sociais, e avançar nesse paradigma é uma questão material cuja resolução requer não apenas uma mudança de atitudes, mas transformações institucionais e nas práticas de financiamento da pesquisa acadêmica.

Em “Mídias Sociais: Uma Introdução Crítica”, Fuchs (2021) traz para o centro do debate a necessidade de se repensar criticamente o movimento de ascensão das produções culturais impulsionado pelo projeto da indústria massiva, de alienação e de reprodução de cunho capitalista. Ele traz ideias debatidas por Karl Marx sobre fetichização da mercadoria, reificação dos sujeitos e da Teoria Crítica, como pilares importantes para refletir sobre o uso das mídias sociais:

*O que é Teoria Crítica? A Teoria Crítica é uma forma específica de pensamento crítico. Por que é relevante para entender as tecnologias de computador? A história das*

*tecnologias de comunicação e transporte não é uma história de sucesso progressivo. Embora muitas pessoas hoje se beneficiem mutuamente delas usando livros, telefones, trens, carros, televisão, rádio, computadores, Internet ou telefones celulares, a história dessas tecnologias está profundamente enraizada na história do capitalismo, colonialismo, guerra, exploração e desigualdade (Fuchs, 2021, p.10).*

Nessa perspectiva, entendemos que a tecnologia está sempre sujeita à política (ou seja, representa um poder humano coletivo), e os processos não pautados pela tecnologia podem, teoricamente, não apenas possibilitar a exploração crítica e emancipatória das novas tecnologias, mas também debater questões psicológicas, econômicas, sociais e ambientais resultantes dos desenvolvimentos inerentes ao mundo capitalista. Nesse sentido, a cibercultura revela o potencial revolucionário das novas tecnologias na vida cotidiana, como quando os indivíduos usam celulares, computadores e outros dispositivos para se integrar aos movimentos políticos e sociais globais sem perder a conexão com o ativismo local. Esses recursos reúnem mais pessoas para expressar seu descontentamento com as injustiças étnicas, raciais, sociais e econômicas (Rüdiger, 2013).

Mediante alinhamento aos argumentos supracitados, entendemos que o conhecimento que fundamenta e caracteriza a cibercultura se desenvolve sob o arcabouço da Teoria Crítica e aponta para um delineamento de um conhecimento político, haja vista a tendência a reforçar aspectos de combate e afrontamento às abordagens positivistas/funcionalistas de compreensão das realidades sociais, bem como da necessidade de emancipação dos sujeitos e de uma produção científica que seja crítica e reflexiva. Dessa forma, as construções teóricas que se debruçam a compreender e caracterizar a cibercultura como um campo de conhecimento precisam se manter atuantes e renovadas, uma vez que, em se tratando de cultura, política e sociedade as transformações são cíclicas e flutuantes. Ou seja, presenciamos um limiar entre o modernismo e uma nova era pós-moderna que precisa ser mapeada e conceituada, trazendo à tona debates sobre espacialidade, temporalidade e relações sociais, elementos esses que, em algum momento, na teoria, foram considerados estáticos, mas cada vez mais tem se mostrado contínuos e fluidos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de reflexão acerca da construção de conhecimento são infinitas. Mediante a complexidade de explorar o conhecimento, em suas diversas formas e, dentro desse universo, empreender um esforço de propor uma teorização acerca de um campo específico em consonância com a área de administração é um tanto intrigante, mas envolvente na mesma medida. Neste ensaio, a ideia geral foi propor uma linha de raciocínio que alinhasse a base epistemológica da Teoria Crítica com uma incursão possível para a cibercultura. Para isso, retomamos aqui a pergunta norteadora deste ensaio: **Como podemos caracterizar uma epistemologia da cibercultura?**

O objetivo da Teoria Crítica é a representação dos interesses dos grupos oprimidos e explorados e a superação da sociedade de classes. Karl Marx já falava da abordagem dialética e da luta de classes em seus manuscritos, a fim de trazer à tona perspectivas que conscientizassem os indivíduos, no caso, a classe trabalhadora e mais explorada. Num contexto emergente nos dias atuais, vemos a ascensão da cibercultura como uma outra forma de poder que opera por meio da comunicação, haja vista a explanação de Fuchs (2017) em que a Economia Política Crítica da Comunicação estuda a comunicação midiática no contexto das relações de poder e da totalidade das relações sociais, estando comprometida com a filosofia moral e a práxis social.

A partir do advento da Web 2.0 vimos a aceleração do processo comunicativo por meio das redes sociais, o que culminou na transformação cultural, com maior participação ativa dos indivíduos no contexto da cibercultura. Nas últimas décadas, vimos a emergência de um cenário sociopolítico demarcado por vicissitudes e manifestações organizadas no ciberespaço, nesse sentido, o que se percebe é o aumento massivo desse formato de ativismo diante das instabilidades sociais, econômicas e políticas enfrentadas.

Assim, argumentamos que o conhecimento que fundamenta e caracteriza a cibercultura se desenvolve sob o arcabouço da Teoria Crítica e aponta para um delineamento de um conhecimento político, haja vista a tendência a reforçar aspectos de combate e afrontamento às abordagens positivistas/funcionalistas de compreensão das realidades sociais, bem como da necessidade de emancipação dos sujeitos e de uma produção científica que seja crítica e reflexiva.

## REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (2013). *Indústria cultural*. El Cuenco de Plata.
- Alvesson, M., & Willmott, H. (1992). On the idea of emancipation in management and organization studies. *Academy of management review*, 17(3), 432-464.
- Bottomore, T. (1988). *Dicionário do pensamento marxista*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Braidotti, R. (2013). Posthuman humanities. *European Educational Research Journal*, 12(1), 1-19.
- Brandalise, M. Â. T., Bonatto, B. M., & Silva, G. C. (2017). Teoria crítica: fundamentos e possibilidades para pesquisas em avaliação educacional. *REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA*, 9(17), 72-90.
- Castells, M. (2003). *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. Zahar.
- Castells, M. (2010). *Communication power*. Cambridge (MA), MIT.
- Chalmers, A. F. (1993). *O que é ciência afinal?* (pp. 23-63). São Paulo: Brasiliense.
- Clegg, S. R. (2007). *Handbook de estudos organizacionais: 1-modelos de analise e novas questoes em estudos organizacionais*. Atlas.
- Correa, D. (2006). Estudos sobre comunicação e cibercultura no Bra-sil. *Razón y Palabra* [online], 11, Outubro-Noviembre. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199520728005>. Acesso em: 06.03.2014.
- Couldry, N; Hepp, A. (2016) *Mediated construction of reality*. Cambrige: Polity Press.
- Demo, P. (2000). *Metodologia do conhecimento científico*. Atlas.
- Dourish, P. (2016). Algoritmos e seus outros: Cultura algorítmica em contexto. *Big Data & Society*, 3 (2), 2053951716665128.
- Dourish, P. (2017). *The Stuff of Bits: an Essay on the Materialities of Information* [Kindle Edition]. [s.l.] MIT Press.
- Felinto, E. (2010). *Em busca do tempo perdido*. Trabalho apresentado no GT “Comunicação e Cibercultura”. In: XIX ENCONTRO DA COMPÓS, Rio de Janeiro, PUC-RJ, jun.
- Felinto, E. (2001). Da Teoria da Comunicação às teorias da mídia. Tex-to apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Cibercultu-ra”. In: XX ENCONTRO DA COMPÓS, Porto Alegre, UFRGS, jun.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis. RJ: Vozes.
- Fragoso, S.; Recuero, R.; Amaral, A. (2011). *Métodos de pesquisa para Internet*. Porto Alegre, Sulina.

- Freire, P. (2006). *Pedagogia da autonomia*. 34ª edição. São Paulo, Paz e Terra.
- Fuchs, C. (2017). From digital positivism and administrative big data analytics towards critical digital and social media research!. *European Journal of Communication*, 32(1), 37-49.
- Fuchs, C. (2021). *Social media: A critical introduction*. Sage.
- Gibson, W. (2005). *Neuromancer*. São Paulo. Aleph, 61-70.
- Haraway, D. (1990). A manifesto for cyborgs. In: L. Johnson (org.), *Feminism / Postmodernism*. London, Routledge, p. 190-233.
- Jenkins, H. (2015). *Cultura da convergência*. Aleph.
- Kahn, R., & Kellner, D. (2004). New media and internet activism: from the 'Battle of Seattle' to blogging. *New media & society*, 6(1), 87-95.
- Kahn, R., & Kellner, D. (2008). Technopolitics, blogs, and emergent media ecologies: A critical/reconstructive approach. *Small tech: The culture of digital tools*, 22-37.
- Keen, A. (2008). *The cult of the amateur*. London, Nicholas Brealey.
- Kellner, D. (1999). 10 New Technologies: Technocities and the Prospects for Democratization. *Technocities*, 186.
- Kuhn, T. S. (2001). *A estrutura das revoluções científicas*. 6ª edição. São Paulo, Ed.
- Lemos, A. (2011). *O imaginário da cibercultura*. Entre o neo-ludismo, tecno-utopia, tecnorealismo e tecnosurrealismo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 12(4).
- Lemos, A. (2020). Epistemologia da comunicação, neomaterialismo e cultura digital. *Galáxia (São Paulo)*, 54-66.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*, São Paulo, editora 34. coleção *Trans*.
- Lupton, D. (2016). *The Quantified Self*. Malden, MA.
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. atlas.
- Marcuse, H. (1998). *Technology, war and fascism*. Nova York: Routledge.
- Martino, L. M. S. (2014). Repensando a (s) Teoria (s) da Cibercultura: articulações e tensões com as teorias da comunicação. *Questões Transversais*, 1(2).
- Misoczky, M. C., & Amantino-de-Andrade, J. (2005). Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 9, 193-210.
- Morin, E. (1998). *Ciencia con consciencia* (pp. 293-368). Barcelona: Anthropos.
- Motta, F. C. P. (1991). *O que é burocracia*. Brasiliense.
- Nagel, E. (1981) *La estructura de la ciencia: problemas de la lógica de la investigación científica*. Barcelona: Paidós.

- Nayar, P. (2010). *An introduction to new media and cybercultures*. London, Blackwell.
- Netto, A. F. N., Ferreira, V. C. P., Novaes, J. L. C., & da Silva Neiva, D. (2016). A Teoria Crítica no estudo da Administração. *Revista de Carreiras e Pessoas*, 6(3).
- Paula, A. P. P. de (2008). *Teoria crítica nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning.
- Pink, S., Ardévol, E., & Lanzeni, D. (Eds.). (2016). *Digital materialities: Design and anthropology*. Bloomsbury Publishing.
- Ramos, A. G. A Consciência crítica da realidade nacional; Definição e descrição da redução sociológica. In: \_\_\_\_\_. *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Ltda., 1965. p. 57-64; 81- 95.
- Rüdiger, F. (2011). A reflexão teórica em cibercultura e a atualidade da polêmica sobre a cultura de massas. *Revista Matrizes*, 5(01):45-61, jul./dez.
- Rüdiger, F. (2013). *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. Sulina.
- Santos, B. D. S. (2013). Introdução a uma ciência pós-moderna. In *Introdução a uma ciência pós-moderna* (pp. 176-176).
- Santos, B. S. (2018). *Um discurso sobre as ciências*. Cortez Editora.
- Santos, R. E. (2008). Comunicação digital e teorias da cibercultura. *Comunicação & Inovação*, 9(17).
- Sousa, R. de V., & Araripe, F. M. A. (2021). Conhecimento Científico: produção e comunicação no âmbito da Universidade Federal do Ceará. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, 86-104.
- Souza, D. F. (2021, outubro). A Construção do Conhecimento em Administração a partir de Perspectivas não Hegemônicas. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, on-line, 45. Recuperado de <http://www.anpad.org.br>
- Tragtenberg, M. (1992). As harmonias administrativas de Saint-Simon a Elton Mayo. In: \_\_\_\_\_. *Burocracia e Ideologia*. 2a ed. São Paulo: Ed. Ática.
- Vantroba, E. L., Lopes, G. C. D., & Yildirim, K. (2022). Dicotomias sobre senso comum e conhecimento científico: método o início do percurso. *Revista Universitas da Fanorpi*, 2(8), 85-101.
- Virilio, P. (1999) *A bomba informática*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Virilio, P. (2000) *Cibermundo, a política do pior*. Lisboa: Teorema.
- Wiener, N. (1957). *Cybernetics*. Paris, Technology Press.
- Wolton, D. (2010). *Internet, e depois?* Porto Alegre, Sulina.